



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal RODRIGO AGOSTINHO

Apresentação: 28/11/2022 17:19:31.317 - CME

REQ n.58/2022

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA – CME

REQUERIMENTO Nº , DE 2022

(Do Senhor Rodrigo Agostinho)

Solicita realização de Audiência Pública para debater sobre a “Observância da legislação e dos princípios da Administração Pública na alienação da Petrobras Biocombustível (PBIO)”.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, c/c os artigos 24, inciso III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD, que seja realizada Audiência Pública nesta Comissão de Minas e Energia, para debater sobre a “Observância da legislação e dos princípios da Administração Pública na alienação da Petrobras Biocombustível (PBIO)”. Para a realização da requerida audiência, solicitamos que sejam convidados:

- **Rodrigo Hervé Cabral**, Presidente Petrobras Biocombustível S.A. – PBIO; e
- **Rosangela Buzanelli Torres**, Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Petrobras Biocombustível S.A. – PBIO.

JUSTIFICAÇÃO





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal RODRIGO AGOSTINHO

A audiência pública tem por objetivo discutir os aspectos relativos à alienação da Petrobras Biocombustível S.A. (PBIO), subsidiária da Petrobras destinada à produção de combustível renovável e empresa do sistema Petrobras que conta com a produção de energias renováveis em seu objeto social.

Em 20 de setembro de 2016, a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) divulgou o seu Plano Estratégico e o Plano de Negócios e Gestão 2017-2021, onde informava o objetivo de alienar sua participação nas atividades de produção de biocombustíveis, distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), produção de fertilizantes e suas participações em petroquímica.

A PBIO é uma subsidiária integral da Petrobras criada em 2008 com o objetivo de produzir biocombustíveis. Em julho de 2020 a PETROBRAS anunciou ao mercado a venda da PBIO. O processo de venda está atualmente em sua fase final de negociação do contrato, estando prevista a finalização da venda no primeiro trimestre de 2022.

Desde o momento em que a PBIO foi colocada à venda, houve a preocupação com prejuízos causados na venda das participações da PBIO e eventuais perdas que podem ser causadas pela venda de um ativo importante de energia renovável ao mesmo tempo em que a Petrobras anuncia que destinará o valor de 2,8 bilhões de dólares a projetos de baixo carbono.

Devemos colocar em pauta a discussão sobre a necessidade da venda de uma empresa sustentável. A notícia da alienação de uma empresa focada na produção de combustível renovável causa preocupação em termos de perdas financeiras e ambientais.

Financeiras porque a PBIO, como responsável por conduzir grande parte de iniciativas e inovações tecnológicas sustentáveis em conjunto com o CENPES (Centro de Pesquisas da Petrobras), possui expertise na área de comercialização e engenharia aplicada ao ramo. O Plano Estratégico 2022-2026 divulgado pela Petrobras contendo como ponto de interesse a destinação de uma parte dos investimentos para projetos de baixo carbono parece ir na contramão da venda de sua subsidiária PBIO.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal RODRIGO AGOSTINHO

No que toca ao meio ambiente, há necessidade da Petrobras de investir cada vez mais em energia renovável para que o Brasil possa cumprir o seu papel de vanguarda do desenvolvimento sustentável. Assim, devemos promover o debate sobre a importância da estatal em manter em seu portfólio ativos e projetos de baixo carbono.

No mesmo sentido, em 06/06/2022, o Ministério Público Federal, em parecer exarado na Ação Civil Pública 1057632-13.2021.4.01.3800, apontou que:

"[...] os contornos da alienação da PBio, pretendida pela União e pela Petrobrás, é o que de ambas exige o princípio da publicidade.

Trata-se de inequívoco direito à informação adequada, mas também importa aquilatar se a privatização da PBio mostra-se consentânea com o cumprimento da Política Nacional de Biocombustíveis, estabelecida pela Lei nº 13.576/2017, que é parte integrante da política energética nacional e tem os seguintes objetivos:

Art. 1º [...]

I - contribuir para o atendimento aos compromissos do País no âmbito do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;

II - contribuir com a adequada relação de eficiência energética e de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa na produção, na comercialização e no uso de biocombustíveis, inclusive com mecanismos de avaliação de ciclo de vida;

III - promover a adequada expansão da produção e do uso de biocombustíveis na matriz energética nacional, com ênfase na regularidade do abastecimento de combustíveis; e

IV - contribuir com previsibilidade para a participação competitiva dos diversos biocombustíveis no mercado nacional de combustíveis.

Observe-se, a latere, que a *Petrobrás Biocombustível S/A* é, evidentemente, um instrumento para a consecução de tais objetivos, que têm repercussão no adimplemento de compromissos assumidos





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal RODRIGO AGOSTINHO

internacionalmente pelo Estado brasileiro, tais como "o atendimento aos compromissos do País no âmbito do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima" (art. 1º, inc. I, Lei nº 13.576/2017)." (grifo nosso)

Diante do exposto, consideramos ser providencial a realização de audiência pública com o intuito de promover o debate sobre a importância da Petrobras Biocombustível no contexto da produção de energia renovável pela Petrobras, que por sua vez deve buscar manter em seu portfólio ativos e projetos de baixo carbono, reaproveitamento e tratamento dos resíduos industriais e urbanos, aliada à pesquisa para aplicação de tecnologia com eficiência. Logo, solicito aos nobres pares a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em de novembro de 2022.

Deputado RODRIGO AGOSTINHO
(PSB/SP)

Apresentação: 28/11/2022 17:19:31.317 - CME

REQ n.58/2022

